

**SBC NOTÍCIAS - Política**

... Um país ainda longe da mínima igualdade social

29/11/2005

Não chega a ser uma imensa vantagem para um país que, no último Relatório de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas (Pnud) de maiores desigualdades sociais, figurou em oitavo lugar, entre 177 nações, mas é um começo. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada na última sexta-feira, mostra que em 2004 houve um aumento de empregos e uma pequena redução na distribuição de renda. A renda média do trabalhador ficou estagnada - mas, de qualquer forma, foi interrompida uma trajetória de queda que vem desde 1997. Isso significa que a redução da diferença entre os salários dos mais ricos e dos mais pobres caiu porque os primeiros passaram a ganhar menos e, os segundos, tiveram ganhos salariais.

Segundo o IBGE, a renda média dos 10% com maiores ganhos caiu 22,7%, de 1996 a 2004; o rendimento médio dos 50% de trabalhadores com menor renda caiu bem menos, 4,31%. De 2003 para 2004, os 50% que ganham mais perderam 0,6% de sua renda; os 50% que ganham menos tiveram um aumento de renda de 3,2%. Em 2004, o maior ajuste de renda, de 4%, foi para os 10% mais pobres. Dessa realocação da renda do trabalho resulta uma manutenção do movimento de melhora do índice Gini da renda do trabalho, que mede a desigualdade: em 2004, o Gini foi de 0,554, o menor desde 1981 - quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade. Ainda assim, a Pnad fala de uma realidade onde a renda média do trabalho dos 10% mais pobres é de R\$ 76, contra R\$ 73 no ano anterior.

Já com os números da Pnad de 2004, o Centro de Políticas Sociais (CPS) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) divulgou ontem um estudo, onde conclui que a proporção das pessoas abaixo da linha da miséria passou de 27,26%, em 2003, para 25,08% em 2004, o nível mais baixo desde a primeira Pnad, em 1992. A linha de miséria é definida por uma renda correspondente a R\$ 115. Para o CPS, o que define o alto número de miseráveis no país é a má distribuição de renda; ainda assim, supõe-se que existe uma relação entre crescimento econômico e redução da miséria. Segundo simulações do estudo coordenado por Marcelo Neri, se a renda per capita do país crescer 3% - ou um crescimento anual do PIB entre 4,5% e 5% ao ano -, a proporção de miseráveis cairia dos atuais 25,08% para 24,29%. Mantido esse ritmo de crescimento por quatro anos, a miséria chegaria a 21,81% - o que representaria uma queda de 13,03% em relação aos números de hoje.

Como ressalta o estudo do CPS, num país com esse grau de desigualdade social nenhuma política de crescimento, por si só, reduz a miséria. Ela deve ser acompanhada de políticas de redução da desigualdade social. Mas igualmente se pode concluir, pela Pnad, que o crescimento é importante para alterar o quadro de pobreza. A queda na diferença entre assalariados ricos e pobres, entre 2003 e 2004, resultou de um forte aumento do emprego - 2,7 milhões de postos de trabalho, com predominância de empregos com menos qualificação. Isso só acontece quando a economia está crescendo.

A eficiência das políticas sociais do governo Lula na redução da pobreza pode ser medida pelo Gini de renda do trabalho, que ficou em 0,535 em 2004, contra 0,545 no ano anterior. Registra-se uma tendência de redução do índice desde 1998, mas o Gini de renda familiar apenas conseguiu superar o 0,549 de 1992 no primeiro ano desta administração. A queda de 1,83% entre 2003 e 2004 é considerada significativa. No entanto, o fator crescimento, que poderia dar sustentabilidade à redução da miséria - e reduzir a desigualdade, se acompanhado de políticas sociais - ainda é o imponderável do governo petista.

O Brasil que gerou 2,7 milhões de postos de trabalho entre 2003 e 2004, ao que tudo indica, entrou na rota do desaquecimento a partir do terceiro trimestre do ano. As políticas monetária e fiscal do governo Lula, altamente restritivas, podem ter retirado do cenário do próximo ano o componente

crescimento, que é uma das pernas de qualquer política de distribuição de renda, embora longe de ser a única. A política compensatória desse governo teve uma grande amplitude, por essa razão foi inovadora, mas corre o risco de ser neutralizada pelo conservadorismo da política econômica.

Veja Matéria Completa em <http://www.valoronline.com.br/veconomico/caderno/?show=index&mat=3402709&edicao=1234&caderno=83>

Fonte: Valor Econômico - <http://www.valor.com.br/>

[Clique aqui para começar a impressão](#)